

ATA DA 500ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2016/2018

Aos vinte dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Primeira Subdefensora Pública-Geral, Juliana Garcia Belloque. Presentes os/as Conselheiros/as: Representando a Corregedoria-Geral, Ana Claudia Carvalho Vigliar, Alexandre Orsi Netto, Fabiana Botelho Zapata, Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, Horácio Xavier Franco Neto, Júlio Cesar Tanone, Leandro de Col Loss, Lucio Mota do Nascimento, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Pedro Antônio de Avellar, Representando a Apadep, Leonardo Scofano Damasceno Peixoto e Representando a Ouvidoria-Geral, a Subouvidora Jordana Matos Nunes Rolim. A Presidente iniciou a sessão às 09h48min, encaminhando as atas 494ª e 495ª sessões ordinárias para deliberação, as quais foram aprovadas por unanimidade. Justificou a ausência do Defensor Público-Geral, Davi Eduardo Depiné Filho, em razão de reunião junto ao Condege, na cidade de Belém. Lamentou o acidente envolvendo o Ministro Teori Zavascki, sobretudo da forma como a imprensa tem o tratado, diante da operação “Lava a Jato” e, nesse sentido, ressaltou sua importância como homem público e merecedor de homenagens independentemente dos processos nos quais atuou. Cumprimentou a Subouvidora Jordana Rolim, que esteve substituindo o Ouvidoria-Geral, em razão de férias do Ouvidor Alderon Pereira. Narrou que a crise prisional continua no país, principalmente na região Norte e Nordeste e prestou informações de que houve importantes reuniões no âmbito das Defensorias Públicas de todo país, sendo esse o principal tema abordado dentro do Condege. Comunicou a presença do Defensor Público-Geral em reunião no Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em Brasília, que também foi acompanhada pela Coordenação do Núcleo de Situação Carcerária, visando elaborar uma força tarefa organizada no sistema prisional em todo o país. Comunicou que, nesta semana, a Defensoria Pública-Geral esteve em reunião no Palácio da Justiça para tratar de questões relativas ao sistema prisional, oportunidade que também estiveram presentes o Tribunal de Justiça, a Corregedoria-Geral de Justiça, Ministério Público, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e a OAB/SP. Comunicou que, nesta semana, haviam sido iniciadas as atividades na Unidade Ferraz de Vasconcelos, anteriormente realizado pela Subseção da OAB. Destacou que a atuação direta da Defensoria Pública é um desafio, tendo em vista a tamanha vulnerabilidade em que se encontra aquela região. Nesse sentido, agradeceu o empenho da Segunda Subdefensoria-Geral, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, da Assessoria de Convênios, da Assessoria Cível e da Assessoria da Qualidade do Atendimento e Inovação, mas em especial aos colegas da Unidade. Comunicou que, ainda nesta semana, esteve em reunião pela primeira vez neste ano com o Grupo de Planejamento Setorial e que se verificou uma economia na ordem de R\$ 17 (dezessete) milhões por conta do plano de contingenciamento, principalmente no âmbito dos contratos firmados com a Instituição. Comunicou que haverá o incremento de 20% (vinte por cento) no auxílio-alimentação, passando a R\$ 36,00 (trinta e seis reais), a ser implementado na folha de pagamento de janeiro, paga no mês de fevereiro. Esclareceu que o aumento já estava provisionado na proposta apresentada pela Lei Orçamentaria Anual em 2016. Após, não havendo comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. A Presidente franqueou a palavra ao primeiro inscrito, Sr. Carlos Augusto dos Santos, Usuário da Defensoria Pública. Ele se manifestou sobre a dificuldade em ser atendido diretamente pelo Defensor Público responsável na Unidade que frequenta e relatou a proximidade de sua audiência. Relatou que os Defensores Públicos da Unidade Itaquera deixam de atender os cidadãos, sendo que estes são recebidos apenas pelos estagiários e por conta disto já havia feito uma reclamação no âmbito da Ouvidoria-Geral. A Subouvidora Jordana Rolim, que atua na mesma Unidade de atendimento do assistido, prontificou-se a averiguar a situação e dar-lhe retorno. Após, a Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Bruno Gozzi de Oliveira, Representante da Associação dos Servidores. Ele informou que a entidade de classe havia realizado uma Assembleia Geral Extraordinária para tratar do pleito remuneratório, bem como sobre o direito de assento no Conselho Superior e relatou sobre a ‘violação’ ao acordo firmando com a Administração, no que tange à greve dos servidores. Relatou que a entidade esteve em reunião

com a Administração Superior recentemente e que apresentaram um estudo jurídico que embasa a possibilidade de pagamento de gratificação aos Servidores, por meio de ato DPG, nos casos de condução de veículo por oficial. Por fim, a Presidente franqueou a palavra à Sra. Marcia Groeninga, usuária da Defensoria Pública. Ela manifestou indignação quanto à qualidade do atendimento realizado pela Defensoria Pública e exemplificou a burocracia para provar que estaria no perfil de usuária para usufruir do atendimento da Instituição, bem como a recusa do Defensor Público em colher documentos para juntada em seu processo. Mostrou descontentamento com a falta de resposta por parte da Ouvidoria-Geral sobre a reclamação formulada. Após, a Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: a) sobre a fala do Sr. Carlos, esclareceu que o atendimento mantém uma sequência pré-determinada, visando organizar a demanda de atendimentos diários, que ocorrem na Unidade Itaquera. Neste sentido, a Conselheira Fabiana Zapata complementou e explicou que os Defensores Públicos realizavam outras atividades, além do atendimento ao usuário e citou a participação em audiências de conciliação nos dois Cejuscs da região, no período da manhã. Acrescentou que, por isso, o atendimento muitas vezes se desenvolve sob a Coordenação de um Defensor Público, em regime de escala; b) sobre a fala do Representante da Associação dos Servidores, Brunno Gozzi, esclareceu que o Defensor Geral não tem poder normativo para instituir gratificações e destacou ser impossível atender ao estudo apresentado pela entidade, todavia se colocou à disposição aos pleitos dos servidores; c) sobre a fala da Sra. Marcia, solicitou a apresentação de fatos concretos junto à Ouvidoria, visando tomar as providências cabíveis no que tange às reclamações apresentadas. Após, passou-se às manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. A Representante da Corregedoria-Geral, Ana Claudia Vigliar, solicitou empenho dos Defensores Públicos no encaminhamento dos relatórios mensais e que respondessem aos memorandos enviados pela Corregedoria-Geral. Apontou que restam 150 (cento e cinquenta) pendências de 2016 e estipulou um prazo para regularização até o próximo feriado, previsto para o dia 25 de janeiro de 2017. O Conselheiro Lucio Mota registrou ter sido indicado para a comissão do grupo de trabalho que acompanha o resultado das visitas a presos provisórios e, em razão disso, solicitou que a Divisão de Apoio ao Atendimento a Presos Provisórios (DAP) realizasse uma articulação junto à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) para tratar de melhorias no ambiente de atendimento aos presos. Exemplificou que no Centro de Detenção Provisória de Vila Independência é comum a sala de atendimento quase sem iluminação e sem higienização. Por fim, considerou as condições dos Centros de Detenção insalubres. O Conselheiro Alexandre Orsi refletiu sobre a postura da Defensoria Pública junto ao Tribunal de Justiça diante das falhas recorrentes do sistema E-SAJ, pois acarreta dificuldades no exercício das atividades do Defensor Público. Solicitou empenho da administração para manter a estabilidade do sistema e facilitar o preenchimento de dados. Por fim, pediu que o caso fosse levado a todos os usuários do sistema, visando promover rápida solução. Sobre a fala da Márcia Groeninga, comentou que realiza com excelências suas atividades como Defensor Público, destacando que rotineiramente esta é massificada pela demanda de trabalho. O Conselheiro Florisvaldo Fiorentino Junior descreveu a fase de expansão das audiências de custódia pelo interior do Estado e citou que haverá abertura de atos de inscrições aos Defensores Públicos, visando compor a nova escala, sem prejuízo das atividades já assumidas pelos colegas. Disse que a Terceira Sub tem visitado todas as Unidade impactadas pelo início das custodias a fim de propiciar cenários para a assunção desta importante atividade. O Conselheiro Luiz Eduardo apontou que o sistema E-Saj estava sem o acesso à internet e exemplificou que o Tribunal de Justiça estava utilizando o sistema SAJ, ao contrário da Defensoria Pública, que utiliza o E-Saj. Como consequência, avaliou que os processos ficam estacionados e as decisões prejudicadas, culminando prejuízo aos assistidos. Por fim, cumprimentou a Administração pela revisão do valor destinado ao vale alimentação. A Conselheira Fabiana Zapata reforçou a notícia do início da triagem da Unidade Ferraz de Vasconcelos e que relatou que a população ainda desconhece o espaço destinado à Defensoria Pública. Nesse sentido, disse ter solicitado às Assessorias envolvidas a confecção de cartazes para publicizar o novo local de atendimento e orientar a população. Sobre a fala do usuário Carlos, durante o momento aberto, ela explicou que as atividades na Unidade Itaquera são coordenadas pelos Defensores, em regime de escala, tendo em vista o volume de atendimento e, por conta disso, é sempre muito difícil um atendimento pessoal com o Defensor Público de seu caso. Afirmou que é importante que todos conheçam a

rotina de um Defensor Público dentro da Instituição, com demandas de atividades na parte da manhã e na parte da tarde, neste último caso nos Fóruns. Ainda ressaltou que na região de Itaquera há dois CEJUSCs, Itaquera e Guaianazes, para onde se dividem rotineiramente. Agradeceu o empenho dos Defensores e Servidores na execução do novo modelo de atendimento inicial na Capital e comentou que dentre as melhorias no atendimento houve a divisão de tarefas em atendimento cível, família e de avaliação financeira, respeitando a atuação ou afinidade do colega em cada área. Pontuou que os estagiários de direito foram alocados no atendimento jurídico e os demais estagiários no setor de avaliação financeira, assim como os Oficiais haviam sido distribuídos na avaliação e no suporte de atendimento. Descreveu que a criação do setor de "Demandas Conciliáveis" responderá por acordos passivos, além de encaminhamento ao CEJUSC, além do agendamento de coleta de DNA para reconhecimento de paternidade. Por fim, ressaltou que haverá uma estrutura do Setor de Avaliação Financeira, que avaliará o critério socioeconômico, comprovando se o futuro usuário se enquadra ao perfil para o qual a Instituição presta serviço. No que tange à Unidade Itaquera, o Representante da Apadep, Leonardo Scofano, acompanhou a fala da Conselheira Fabiana Zapata no que tange às diversas demandas que envolvem exclusivamente os Defensores dentro das Unidades e frisou que a falta de estrutura, com novos Defensores, prejudicava o atendimento pessoal. No que tange à fala do Conselheiro Luiz Eduardo, acompanhou as críticas do sistema E-saj. Prestou informação de que a Apadep tem se reunido com as Subdefensorias para tratar das visitas aos presídios, no intuito de preservar a integridade e a segurança dos colegas. Cumprimentou a Administração pelo reajuste alcançado para o auxílio alimentação. Por fim, registrou que a Apadep vem trabalhando no viés de dar publicidade à carreira, sobretudo, após a crise no sistema prisional, promovendo ações que envolvam a imprensa local, além de evidenciar a importância da carreira na sociedade. O Conselheiro Leandro de Col acompanhou os cumprimentos sobre o auxílio alimentação e ressaltou a importância do pagamento do benefício nos dias de realização de plantão, tendo em vista que muito acabam totalizando 08 (oito) horas de atendimento. Sobre o E-SAJ, lembrou que, desde o seu pedido de vista do processo que trata do orçamento anual, havia solicitado a destinação de verba para renovação de equipamentos, além de melhorias na mobilidade de internet aos Defensores. Por fim, entendeu que a fala no momento aberto não pode ocasionar desrespeito à carreira. Sobre a fala do momento aberto da Sra. Marcia Groeninga, o Conselheiro Octavio Ginez descreveu que, no momento da triagem, o atendimento realizado pelo Defensor ao assistido se dá no encaminhamento do processo, mas destacou que além do Defensor Público, a Instituição também conta com estagiários, servidores e outros conveniados. Disse que seria importante que a Defensoria colocasse cartazes nas triagens informando sobre esse fluxo de atendimento. Após, a Presidente fez os seguintes esclarecimentos: sobre a fala da Corregedora-Assistente, a Presidente reforçou que a entrega dos relatórios gera dados importantes para a Instituição no que tange à sua organização, aprimoramento de trabalhos realizados pela carreira, bem como também para justificar possíveis questionamentos futuros, sobretudo quanto à excelência do serviço prestado e necessidade de reforços. Sobre a fala do Conselheiro Lucio Mota, esclareceu que a solicitação será enviada à Coordenadora da DAP, Maira Coraci Diniz, visando fomentar um diálogo com a Secretaria de Administração Penitenciária para melhorias ao atendimento prestado aos presos. Sobre a fala do Conselheiro Alexandre Orsi, esclareceu que durante o recesso no judiciário o E-Saj tinha passado por uma atualização, o que havia ocasionado problemas no acesso dos Defensores Públicos e citou que as melhorias viriam tão logo houvesse a interoperabilidade entre os sistemas DOL e SAJ. Nesse sentido, afirmou que há uma expectativa boa para essa resolução, comentando que haverá testes em breve com processos fictos. Afirmou que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação estava envolvida com a área de tecnologia do Tribunal de Justiça do Estado, na conjunção dos sistemas. Sobre a fala do Conselheiro Luiz Eduardo, comentou que tem realizado reuniões com a Corregedoria-Geral de Justiça para tratar da digitalização das guias de execução e que tem levado à questão ao Tribunal de Justiça do Estado. Sobre a fala do Conselheiro Octavio Ginez, afirmou que a Assessoria da Qualidade do Atendimento estava à disposição para receber toda e qualquer sugestão sobre fluxos de trabalho, visando o aprimoramento contínuo da comunicação com o usuário. Após, passou-se à ordem do dia. A Presidente encaminhou as propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: **CSDP nº 010/17 (Excetudo a pauta)**. Interessado/a: Hamilton

Neto Funchal. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "As tensões entre a justiça constitucional e os demais poderes", a ser realizado no período de 23 a 27 de janeiro de 2017. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento, após cumprido os requisitos previstos na Deliberação CSDP nº 027/07 c.c. enunciado CSDP nº 02. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado, no período de 23 a 27 de janeiro de 2017. **CSDP nº 006/17 (Excetuoado a pauta).** Interessado/a: Paulo Arthur Araújo de Lima Ramos e Aurea Maria de Oliveira Manoel. Assunto: Remoção por permuta (43ª DP e 28ª DP da Unidade Varas Singulares). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de abrir prazo de manifestações. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, abrir prazo para manifestação, nos termos do comunicado a seguir publicado. **(COMUNICADO).** Nos termos da Deliberação CSDP nº 189, de 20 de agosto de 2010, nos autos do Processo **CSDP nº 006/17**, e consoante dispõe o artigo 123, parágrafo único da Lei 80/94, torno público o pedido de permuta formulado pelos Defensores Públicos **Paulo Arthur Araújo de Lima Ramos, classificado na 43ª Defensoria Pública da Unidade Varas Singulares e Aurea Maria de Oliveira Manoel, classificada na 28ª Defensoria Pública da Unidade Varas Singulares**, visando possibilitar que outros Defensores classificados nas mesmas Unidades manifestem eventual interesse na permuta. Os interessados deverão apresentar requerimento dirigido ao Conselho Superior da Defensoria Pública até às 17h do dia **27 de janeiro de 2017**, através do endereço conselho@defensoria.sp.gov.br. A inscrição somente será considerada válida a partir da confirmação do recebimento da mensagem eletrônica pela Secretaria do Conselho Superior. O processo de análise dar-se-á na sessão ordinária do Conselho Superior a se realizar em **03 de fevereiro de 2017. CSDP nº 240/16.** Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar a lista emergencial encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, relativo a Unidade Nossa Senhora do Ó. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado do concurso emergencial da Unidade Nossa Senhora do Ó, relativo ao mês de dezembro de 2016, a ser publicado oportunamente. **CSDP nº 538/16.** Interessado/a: Julia Almeida Baranski. Assunto: Pedido de revogação de ato normativo do presidente da banca examinadora do VII Concurso de ingresso na carreira de Defensor Público. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. Declarou-se suspeito por foro íntimo o Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O relator completou o voto negando provimento ao pleito da interessada, apontando as razões dos fatos constantes dos autos. A Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Alexandre Orsi considerou que o tema merece ser amadurecido e avaliar a mudança de posicionamento, se necessário. O Conselheiro Luiz Eduardo mostrou preocupação com o prejuízo ao serviço público e ao interesse do usuário e ponderou sobre a expectativa do direito adquirido. Assim, considerou que em seu voto a interessada havia preenchido integralmente os requisitos de comprovação do tempo de estágio no regramento anterior. Por fim, opinou que a decisão deveria ser interna ao invés de aguardar a decisão judicial. O Conselheiro Lucio Mota requereu à Corregedoria-Geral o relatório mensal da interessada, a fim de comprovar o desempenho da recorrente na função, a fim de prestigiar o interesse público. O Conselheiro Julio Tanone entendeu que o pedido não traria impacto no deslinde da demanda apresentada ao Conselho. Mostrou seu posicionamento sobre a implicação da interpretação que pudesse dar efeito retroativo às normas postas pela Comissão do certame. A Presidente discordou do Conselheiro Lucio Mota e refletiu que o pedido sequer traria relevância de interesse público, mas afirmou que a diligência é de direito do Conselheiro para construção do entendimento individual, indagando se mantinha seu pedido de diligência. O Conselheiro Lucio Mota retirou o pedido e indagou ao relator sobre o período de comprovação da prática jurídica. O relator prestou os esclarecimentos, dizendo que a interessada tinha comprovado um ano e 11 meses e 29 dias (período de 26 de outubro de 2011 a

25 de outubro de 2013), antes da colação de grau, que ocorreu em 29 de agosto de 2013. Declarou que, posteriormente ao período, sequer consta nos autos a certificação da prática jurídica, mas apontou que judicialmente consta a comprovação. O Conselheiro Horácio Xavier avaliou que a situação sequer trata da nulidade ou revogação do edital do certame, mas entendeu que haveria reconhecimento da existência do direito adquirido, pois a interessada tinha a comprovação prevista na época da emenda constitucional nº 80. O Conselheiro Alexandre Orsi entendeu que deveria seguir o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que interpreta que a atividade jurídica é comprovada posteriormente à colação de grau. A Presidente ponderou que a interessada e todos os demais candidatos, na época da publicação do edital, sequer recorreram do edital que previa os requisitos, e discordou do Conselheiro Horácio Xavier que conhecia o pedido, justificando que há insegurança jurídica. Após as discussões, o Conselheiro Alexandre Orsi manifestou o pedido de vista para firmar seu entendimento com segurança jurídica. A Presidente concedeu a vista solicitada. O Conselheiro Leandro Loss pediu que a Assessoria Jurídica apresentasse formalmente o parecer fornecido oralmente na última sessão. Em seguida, a Presidente declarou a vista concedida pelo Conselheiro Alexandre Orsi Netto. **CSDP nº 002/17.** Interessado/a: Danielle Gaiotto Junqueira. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 10 de janeiro de 2017. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher o parecer do Departamento de Recursos Humanos, e dar provimento a impugnação, sendo republicada a lista de antiguidade. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, dar provimento ao recurso, determinando-se a republicação da lista de antiguidade, a ser corrigida. **CSDP nº 009/17.** Interessado/a: Ricardo Cesar Franco. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade para fins de promoção, publicada no DOE de 10 de janeiro de 2017. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório informando que o pedido havia sido recebido pela Secretaria do Conselho Superior intempestivamente, sendo que o caso não merece ser conhecido. No entanto, no mérito acolheu o parecer do Departamento de Recursos Humanos, que se manifestou desfavoravelmente ao recurso, e assim votou por negar provimento à impugnação, em razão da existência de ação mandamental, que tramita em decisão judicial. A Presidente encaminhou para discussão. A Conselheira Fabiana Zapata considerou que a via eleita pelo interessado estava equivocada e que o caso merecia análise, mas não em sede de impugnação à lista de antiguidade. Ressaltou que o pedido não deveria ser conhecido em razão da intempestividade, oportunizando a discussão do tema trazido pelo interessado em outro âmbito. Após a discussão, o relator retirou de seu voto o enfrentamento ao mérito e encaminhou para que o pedido não fosse conhecido. A Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, não conhecer o pedido do interessado em razão da intempestividade. **CSDP nº 526/16.** Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indicar para integrarem o Núcleo Especializado, após o prazo de inscrições, os seguintes Defensores: Fabiana Julia Oliveira Resende, Gustavo Rodrigues Minatel e Bruna de Cassia Teixeira. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indicar os/as Defensores/as Públicos/as Fabiana Julia Oliveira Resende, Gustavo Rodrigues Minatel e Bruna de Cassia Teixeira para integrarem o Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. **CSDP nº 532/16.** Interessado/a: Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Alexandre Orsi Netto, Lucio Mora do Nascimento, Horacio Xavier Franco Neto, Octavio Ginez Almeida de Oliveira e a Associação Paulista dos Defensores Públicos. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a sistemática da atuação em revisões criminais no âmbito da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de que fosse encaminhada recomendação ao DPG para suspensão do Ato ou sua revisão, tão só no elemento quantitativo da distribuição dos autos de revisão criminal. E, em segundo plano, a coleta de informações mais

detalhadas, bem como de parecer ou manifestação da Corregedoria-Geral e da Assessoria Criminal, responsável pelo controle e processamento das Revisões Criminais no âmbito administrativo da Defensoria Pública, para análise da questão acima ventilada (revisões criminais ao Defensor natural) e para eventual edição de deliberação mais detalhada envolvendo a atuação nas revisões criminais nos últimos três anos. A Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Luiz Eduardo apresentou dados sobre a atuação do Defensor Público nas revisões criminais, indicando que houve aumento da demanda sem a construção conjunta e democrática. O Conselheiro Pedro Avellar considerou que há solução prevista em lei. O Conselheiro Luiz Eduardo compreendeu a necessidade de adequação da quantidade de revisões, mas avaliou que o ônus costuma ser apenas do Defensor Público, que acaba sendo punido, caso deixe de apresentar seus respectivos relatórios à revisão criminal. A Presidente informou que a Administração tem interesse na vista, visando trazer dados relevantes para a discussão. O Conselheiro Florisvaldo Antonio pediu vista do pedido. A Presidente concedeu a vista, e em seguida declarou o encerramento da sessão. Vista concedida ao Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior e a Associação Paulista dos Defensores Públicos. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 13h57min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia. CSDP nº 1129/09. Interessado/a: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1172/09. Interessado/a: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 135/11. Interessado/a: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessado/a: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador/a de Habitação, Urbanismo e questões agrárias, fixando suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessado/a: Corregedoria-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessado/a: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessado/a: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08. (que regulamenta a realização de atividades docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessado/a: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de

deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado/a: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessado/a: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa à transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado/a: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/14. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado/a: Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo à duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 518/15. Interessado/a: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de mestrado no exterior, no período de agosto de 2015 a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessado/a: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessado/a: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015.

Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessado/a: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessado/a: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 004/16. Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 157/10 (que disciplina o processo de elaboração da lista tríplice de candidatos ao cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado/a: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 242/16. Interessado/a: Carolina Gomes Duarte. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado, no período de março a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 256/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2015 a janeiro de 2016). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 258/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado/a: Pedro Antônio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/16. Interessado/a: Luis Guilherme Pereira Dellebono e Maria Cecília Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 404/16. Interessado/a: Corregedora-Geral e Coordenador Auxiliar da Coordenadoria Geral de Administração. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 409/16. Interessado/a: Rafael Negreiros Dantas Lima. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar




disciplinas de mestrado, no período de 25 de maio a 22 de junho de 2016. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 415/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito negativo de atribuições em face do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 423/16. Interessado/a: Daniely Maria Vaiano Glens. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado no exterior, no período de 30 de agosto de 2016 a 03 de março de 2017. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 433/16. Interessado/a: Fabricio Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 434/16. Interessado/a: Marco Antonio de Oliveira Branco. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de doutorado, no período de 48 meses. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 443/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito de atribuições suscitado pela Unidade Plantão Cível, Regional Central da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 460/16. Interessado/a: Juliana Saad e Marcia Regina Garutti. Assunto: Remoção por permuta (57ª DP da Unidade Varas Singulares e 03ª DP da Unidade Varas Singulares). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação, que regulamenta a visita dos Defensores Públicos que atuam na área da Infância e Juventude às unidades da Fundação Casa. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 468/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório final das atividades da função de Coordenadora do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 475/16. Interessado/a: Dario Augusto Arantes. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação de trabalho em casa - projeto home office. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 481/16. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 501/16. Interessado/a: Renato Campos Pinto De Vitto. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência no Conselho Nacional de Justiça. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 503/16. Interessado/a: Alessandro Izzo Coria e Eduardo Belmudes. Assunto: Proposta de deliberação, que define normas gerais de criação, transferência, extinção e remoção de órgão de atuação, bem como de Defensorias Regionais. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 519/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado para o exercício de 2016 / 2017. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 529/16. Interessado/a: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (abril a setembro de 2016). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O

Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 542/16. Interessado/a: Fabricio Pereira Quintanilha e Félix Roberto Damas Junior. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 544/16. Interessado/a: Luciana Arbeli Bernardes. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar pós-graduação, no período de março a junho de 2017. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 005/17. Interessado/a: Soraya Mattar Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso Pós-Graduação, no período de 17 de fevereiro a 02 de dezembro de 2017. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 013/14. Interessado/a: Aline Munhoz Seixas. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 049/14. Interessado/a: Gustavo Goldzweig. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 064/14. Interessado/a: Leonardo Biagioni de Lima. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 109/14. Interessado/a: Pedro Cavenaghi Neto. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 029/14. Interessado/a: Carolina Costa Fiaes Bicalho. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 030/14. Interessado/a: Caroline Ferreira da Cunha. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 041/14. Interessado/a: Eduardo Queiroz Carboni Nogueira. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 043/14. Interessado/a: Fernanda Dutra Pinchiaro. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 072/14. Interessado/a: Luan Campos Boldrini. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 081/14. Interessado/a: Paula Manzella Romano. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 004/14. Interessado/a: Joemar Rodrigo Freitas. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 106/14. Interessado/a: Wlamyr Gusmao Junior. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 001/15. Interessado/a: Danielle Mitie Kita. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CEAP nº 112/14. Interessado/a: Rita de Cassia Gandolpho. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP

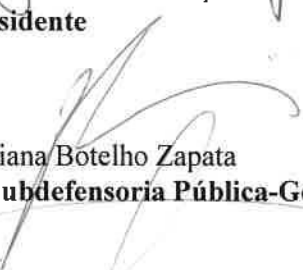
CEAP nº 056/14. Interessado/a: Jessica Maria Benedetti. Assunto: Defensor/a Público/a em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antônio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. A Presidente deu por encerrada a sessão às 13h57min. Eu, Paula Hora Santos, Secretária Executiva do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte dias de janeiro do ano de 2017.



Juliana Garcia Belloque  
**Presidente**




Ana Claudia Carvalho Vigliar  
**Representando a Corregedoria Geral**  
**Corregedora Assistente**



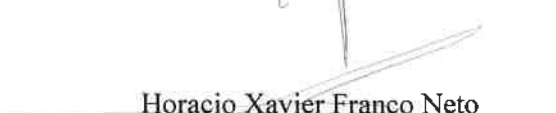
Fabiana Botelho Zapata  
**2ª Subdefensoria Pública-Geral**



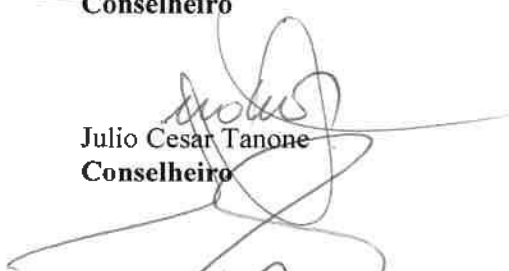
Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior  
**3º Subdefensoria Pública-Geral**




Alexandre Orsi Netto  
**Conselheiro**



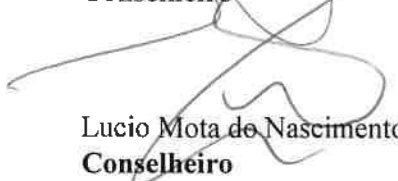
Horacio Xavier Franco Neto  
**Conselheiro**



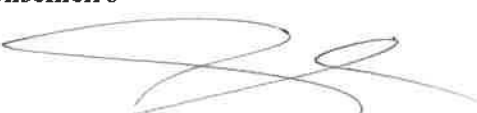
Julio Cesar Tanone  
**Conselheiro**



Leandro de Col Loss  
**Conselheiro**



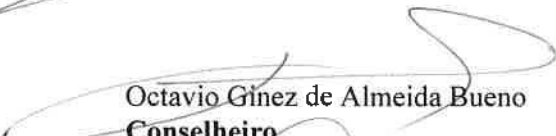
Lucio Mota de Nascimento  
**Conselheiro**




Luiz Eduardo de Toledo Coelho  
**Conselheiro**




Pedro Antônio de Avellar  
**Conselheiro**



Octavio Ginez de Almeida Bueno  
**Conselheiro**



Jordana Matos Nunes Rolim  
**Representando a Ouvidoria-Geral**  
**Subouvidora-Geral**



Leonardo Scofano Damasceno Peixoto  
**Representante da Apadep**